



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Rede Monástica de Évora: um percurso arquitectónico entre a cidade e o ermo

João Bilou

Professora Doutora Arq.^a Maria do Céu Tereno

Professor Doutor Arq.^o António Borges Abel

Mestrado em Arquitectura

Arquitectura

Dissertação

Évora, 2019

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Rede Monástica de Évora: um percurso arquitectónico entre a cidade e o ermo

João Bilou

Professora Doutora Arq.^a Maria do Céu Tereno

Professor Doutor Arq.^o António Borges Abel

Mestrado em Arquitectura

Arquitectura

Dissertação

Évora, 2019

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri

Júri:

Presidente: Prof. Doutor Jorge Duarte Sá - Universidade de Évora

Arguente: Doutora Filomena Monteiro - Câmara Municipal de Évora

Orientador: Profª. Doutora Maria do Céu Tereno - Universidade de Évora

Rede Monástica de Évora: um percurso arquitectónico entre a cidade e o ermo

UNIVERSIDADE DE ÉVORA | ESCOLA DAS ARTES | DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | DISSERTAÇÃO

João Manuel Neves Bilou

Orientação:

Professora Doutora Arq.^a Maria do Céu Tereno

Professor Doutor Arq.^o António Borges Abel



Évora | 2019

Rede Monástica de Évora: um percurso arquitectónico entre a cidade e o ermo

UNIVERSIDADE DE ÉVORA | ESCOLA DAS ARTES | DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | DISSERTAÇÃO

João Manuel Neves Bilou

Orientação:

Professora Doutora Arq.ª Maria do Céu Tereno

Professor Doutor Arq.º António Borges Abel



Évora | 2019

OBSERVAÇÕES

Esta de Dissertação foi elaborada em conformidade com o antigo acordo ortográfico.

Todos os desenhos deste documento foram realizados pelo autor com base em interpretações provenientes da investigação, cartografia actual e levantamentos *in situ*.

AGRADECIMENTOS

Aos orientadores, Professores Doutores Maria do Céu Tereno e António Abel, pelo entusiasmo, empenho, disponibilidade e profissionalismo sempre presentes no decorrer desta dissertação.

À minha família pelo incansável apoio e incentivo, especialmente ao meu pai.

À Rita pela força, pelo apoio e por estar sempre presente em todos os momentos.

Ao Francisco Brito pela amizade, companheirismo e apoio não só neste trabalho mas ao longo da vida.

Aos meus amigos pela motivação e compreensão nas ausências.

A todos os que comigo se cruzaram neste caminho, por tudo.

ÍNDICE

RESUMO ABSTRACT	06
OBJECTO	08
MOTIVAÇÃO	08
OBJECTIVO	09
METODOLOGIA E ESTRUTURA	09
ESTADO DA ARTE	10
CONVENTO E MOSTEIRO: UMA CLARIFICAÇÃO METODOLÓGICA	12
A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO, CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA ANTIGAS	14

01 CIDADE DE ÉVORA

Implantação estratégica	18
Enquadramento histórico	20
Evolução urbana	
A cidade Romana	22
A cidade Muçulmana	24
A cidade Medieval	26
Évora na Idade Média	28
Évora na Idade Moderna	32
Évora na Idade Contemporânea	36
Ortofotomapas	38
Análises morfológicas	40
Considerações sobre a cidade	46

02 REDE MONÁSTICA

Património Religioso	50
Rede Monástica	52
Análises dos mosteiros: entre a cidade e o ermo	
Ordens Religiosas no território	54
Fundação de mosteiros no território	56
Mosteiros extramuros	58
Influência dos mosteiros e cercas no desenvolvimento urbano	62
Eixos urbanos	64
Relação entre mosteiros, muralhas e aquetudo	66
Topografia	68
Transições espaciais	70
Funções actuais	72
Os mosteiros: análise, descrição e interpretação	70
Cronologia	158
Análise da rede monástica: do intra-muros ao concelho	160
Considerações sobre a rede monástica	166

03 ROTA MONÁSTICA

Geografia do concelho	170
Antiga Rede Viária	172
Percursos ambientais	174
Rota Monástica: uma proposta	176
Percorrer o território	178
Pontuar o território	182
Escolha do lugar	190
Estratégia	192
Torre mirante	196
Abrigo	202
Miradouro	208
Considerações sobre a rota monástica	214

04 CONSIDERAÇÕES FINAIS

216

05 BIBLIOGRAFIA | ICONOGRAFIA

218

RESUMO

ABSTRACT

A rede monástica de Évora é constituída por vinte e um mosteiros, de diferentes séculos, ordens e estilos de arquitectura. A sua leitura como unidade é fundamental para a compreensão da sua influência na cidade durante os anos de funcionamento das comunidades religiosas bem como para o entendimento da importância na cidade actual.

Esta investigação passa pelo estudo aprofundado da rede monástica de Évora no seu contexto territorial e urbano, a evolução histórica e morfológica a par com a da cidade, dos seus mosteiros, e qual o seu papel no desenvolvimento urbano da cidade, desde as fundações até à extinção das Ordens Religiosas e actualmente. Desse modo, foram realizadas inúmeras análises comparativas confrontando os vinte e um mosteiros que constituem a rede monástica, de forma a compreender este património numa narrativa que evidencie a sua unidade. A compreensão da implantação das estruturas monásticas, as suas relações com o território, lugar e paisagem, a par com a sua concepção, história, vida, antiga e actual influência e relação com a cidade, as intervenções e novos usos, foram aspectos fundamentais para o desenvolvimento de conhecimentos e pensamentos relativos à valorização do património monástico de Évora.

Através das análises efectuadas ao longo da dissertação, tornou-se fundamental evidenciar a rede e respectivas estruturas monásticas, bem como questionar o seu papel no quotidiano e no futuro eborense. Numa tentativa de contributo assente na salvaguarda, valorização, revitalização e (re)interpretação do património monástico de Évora, que visa compreender a sua relação com o território e com a cidade, é elaborada uma intervenção. Com base em linhas de pensamento e abordagens apoiadas na componente de projecto é proposta a definição de um percurso, que através de pontuais intervenções materializadas em novos espaços, permitem a leitura da rede monástica da cidade de Évora.

Palavra-chave: Rede monástica, Rota monástica, Arquitectura religiosa, Património, Évora.

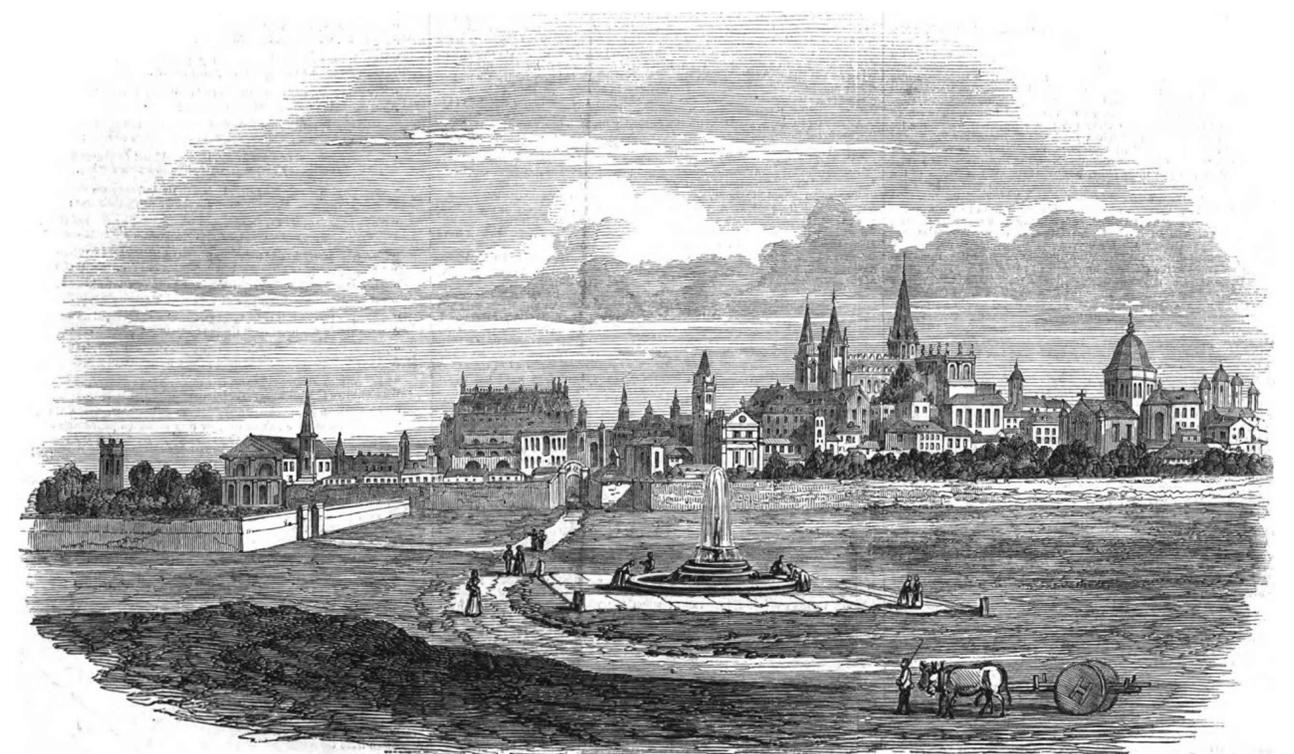
Monastic network of Évora: an architectural route between the city and the wilderness

The monastic net of Évora consists of twenty-one monasteries, from different centuries, different orders and different styles of architecture. Its analysis as a unit is fundamental for the understanding of its influence in the city during the years of functioning of the religious communities as well as for the understanding of the importance in the present city.

This research is based on the study of the monastic net and the city in its territorial and urban context, the historical and morphological evolution, its monasteries, and its role in the urban development of the city, from the foundations until the extinction of Religious Orders and nowadays. Numerous comparative analyzes were made confronting the twenty one monasteries that constitute the monastic net, in order to understand this heritage in a narrative that shows its unity. The understanding of the implantation of monastic structures, their relations with territory, place and landscape, along with their conception, history, life, ancient and current influence and relation with the city, interventions and new use, were fundamental aspects for the development of knowledge and thoughts regarding the valuation of the monastic heritage of Évora.

Through the analysis carried out throughout the dissertation, it became fundamental to highlight the net formed by the monastic structures, as well as to question its role in the daily life and future of the city. In an attempt to contribute to the safeguarding, enhancement, revitalization and (re)interpretation of the monastic heritage of Évora, which aims to understand its relations with the territory and the city, an intervention is prepared. Based on lines of thought and approaches supported in the project component, the proposal defines a route that, through punctual interventions materialized in new spaces, allows the monastic net of the city of Évora to be read.

Key words: Monastic net, Monastic route, Religious architecture, Heritage, Évora.



01 Vista parcial de Évora, 1847

OBJECTO

O objecto de estudo do presente trabalho de investigação é a rede monástica da cidade de Évora. A investigação contempla o período das fundações das primeiras casas religiosas até à actualidade, com enfoque na relação deste conjunto com a cidade.

MOTIVAÇÃO

A pertinência desta investigação assenta em várias motivos. Em parte, deve-se à situação em que se encontram alguns dos extintos conventos, os quais à semelhança de outros espalhados pelo país, são exemplo do modo como o património é votado ao abandono.

A escolha do tema deve-se simultaneamente à falta de documentos e informação actualizados sobre o tema, à falta de conhecimento por parte da população acerca da existência de algumas das casas religiosas em Évora, assim como à falta de uma leitura de unidade que integre os mosteiros eborenses numa rede monástica.

Por último, e não menos importante são as motivações pessoais, o interesse pelo lugar e pelo património em questão.

Estes aspectos motivaram à elaboração desta dissertação que pretende colmatar as faltas acima mencionadas, reflectindo uma intervenção que responda às necessidades actuais deste património, através da arquitectura contemporânea e da interpretação do território em que se insere a rede monástica.

OBJECTIVO

É objectivo principal desta dissertação estudar a rede monástica, que compreende todos os mosteiros da cidade de Évora.

Para tal, é essencial considerar outros objectivos que passam por:

Compreender a implantação da cidade, a par com a sua evolução histórica e urbana, e analisar os seus aspectos morfológicos, de forma a contextualizar a rede monástica no território eborense;

Definir o conceito de rede monástica e estudar os elementos constituintes;

Entender as relações e influências mútuas entre a rede monástica e a cidade, desde as primeiras fundações à actualidade, através de uma série de intensas análises;

Elaborar análises individuais e comparativas entre os vários mosteiros eborenses;

Produzir elementos gráficos e escritos inéditos sobre a rede monástica e os elementos que a constituem de forma a completar e actualizar a informação existente;

Considerar a salvaguarda, a valorização, a revitalização e a (re)interpretação do património monástico de Évora, através de uma intervenção - Rota Monástica - que propõe percorrer e pontuar o território.

ESTRUTURA E METODOLOGIA

A dissertação cujo foco recai sobre a rede monástica de Évora, de componente prática sustentada por uma componente teórica, estrutura-se em três momentos principais.

Após a pesquisa de informação e referências bibliográficas, a par com a consulta e análise de elementos cartográficos, fotográficos e escritos, numa primeira fase, o trabalho centra-se no estudo e análise sobre o território eborense e cidade de Évora. Através da consulta, análise e interpretação da cartografia antiga e outros elementos gráficos de diferentes datas) e documentos escritos, é possível compreender a evolução histórica e morfológica no contexto territorial e urbano. Para actualizar os elementos gráficos e escritos existentes, produzem-se desenhos e maquetas, assim como textos que materializam o desenvolvimento deste primeiro ponto.

Num segundo momento, a investigação trata um intenso estudo sobre a rede monástica de Évora, desde as primeiras fundações religiosas à actualidade. Novamente, através de cartografia antiga, elementos gráficos e escritos, o tema é introduzido pelas intensas análises, a par com a interpretação e a descrição da rede monástica no contexto territorial e urbano. De modo a clarificar este conceito de unidade, são analisadas as relações e influências da rede monástica com a *cidade* e o *ermo*. Seguem-se um conjunto de análises, interpretação e descrição de cada mosteiro como componente individual do conjunto - rede monástica, para compreender lógicas de implantação, localização, a evolução histórica e morfológica do edifício, a organização espacial, as tipologias e métodos construtivos. Esta abordagem é apoiada não só pela consulta de inúmeros elementos gráficos e escritos, mas também em levantamentos cartográficos e fotográficos a partir de visitas aos locais, que resultam na produção de documentos gráficos inéditos à escala territorial e urbana, a par com a produção de elementos escritos.

No terceiro ponto, após a leitura de referências e conceitos sobre *percorrer* e *pontuar o território*, entendem-se abordagens para uma intervenção ao objecto de estudo no seu contexto territorial. Desse modo, e através da interpretação de todos os elementos desenvolvidos ao longo desta investigação é proposta uma intervenção de percurso e novos espaços tento em conta a valorização e revitalização da rede monástica. Nesse sentido, são produzidos desenhos e maquetas elucidativas da intervenção.

ESTADO DA ARTE

No desenvolvimento desta investigação todas as obras indicadas na bibliografia foram fundamentais. No entanto, existem obras e documentos que merecem uma referência aprofundada por serem alicerces dos temas explorados neste trabalho.

Relativamente à "CIDADE DE ÉVORA" das inúmeras descrições históricas de Túlio Espanca, destacam-se o *Inventário Artístico de Portugal (Vol. I) - Concelho de Évora* e *Inventário Artístico do Concelho de Évora: Arrolamento das Freguesias Rurais*; de salientar também as notas de Gabriel Pereira em *Estudos Eborenses*; a incontornável obra de Ângela Beirante que retrata minuciosamente *Évora na Idade Média*; para a compreensão da evolução histórico-morfológica da cidade num contexto mais primitivo são fundamentais os artigos de Domingas Simplício *Algumas Etapas Fundamentais na Evolução da Cidade até ao Século XVI* a par com *Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval*, e numa abordagem mais ampla desde a formação da cidade à actualidade *Os limites da cidade* por António Abel. Ainda relacionado com o assunto do desenvolvimento urbano de Évora, *Riscos de um Século* é uma obra essencial que trata de forma pormenorizada uma reflexão sobre a cidade e sua evolução, desde a segunda metade do século XIX até ao final do século XX.

Já sobre o tema da "REDE MONÁSTICA" existem obras de conteúdo mais geral que ajudam na compreensão dos mosteiros eborenses através de uma leitura de unidade, e obras de conteúdo mais específico sobre as referidas casas religiosas. Do conhecimento mais abrangente a obra sobre as *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento* de intensa informação acerca das diversas ordens e diversas fundações, e textos de vários autores compilados numa obra de referência sobre o *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*; ainda num ponto de vista generalizado sobre os aspectos monásticos existe um conjunto de artigos da autoria de Catarina Marado centrados em questões sobre tipologias de implantação e organização dos mosteiros no território e no espaço urbano, a par com a influências mútuas entre ambos os elementos (mosteiros-cidade), e sobretudo a questão relativa ao *processo de formação da rede monástica-conventual*. De temáticas idênticas às anteriores, mas já relacionadas com Évora, vários artigos de Maria do Céu Tereno e

Filomena Monteiro esclarecem a implantação e enquadramento paisagístico dos mosteiros na cidade, assim como estes conjuntos monásticos estruturam e influenciam a organização e desenvolvimento da malha urbana. Outras duas obras imprescindíveis, das mais importantes no decorrer deste trabalho de investigação que descrevem minuciosa e detalhadamente os mosteiros eborenses como elementos singulares ou numa leitura de *sistema monástico-conventual*, considerando aspectos de relação entre cidade e mosteiros: da autoria de Filomena Monteiro a tese de doutoramento de arquitectura, obra fundamental, intitulada *Sistema Monástico-Conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*; e de Elsa Caeiro, a dissertação de doutoramento, outra obra essencial, com o título *Os Conventos do Termo de Évora*.

Para o capítulo que reflecte a proposta da "ROTA MONÁSTICA" existem leituras fundamentais que traçam linhas de pensamento orientadoras de uma intervenção adequada que respeite tanto o património monástico como o território em que se insere. As tertúlias, pensamentos e opiniões de vários autores sobre como intervir no património, sobre a sua salvaguarda, valorização e adaptação a novos usos reunidas numa obra intitulada *Conversas à volta dos Conventos* compilada por Virgínia Fróis, foi de encontro às necessidades das questões levantadas no remate desta investigação. As leituras deste capítulo são muitas vezes leituras de intervenções e de projectos, leituras cujos aspectos práticos se revelam perante os teóricos, e por essa razão sobressaem as referências práticas. Do ponto de vista do *percorrer o território* os "land artists" ganham força, cujos trabalhos reflectem o acto de descobrir e caminhar na paisagem; das intervenções relacionadas com o tema salientam-se: Richard Long, Richard Serra, Carl Andre, Christo e Jeanne-Claude. Do ponto de vista do *pontuar o território* as delicadas e adequadas intervenções que quase sempre acompanham rotas ou percursos ou se relacionam com as mesmas são inspiração para o tema; desta forma essas intervenções permitem observar e viver a paisagem de novas e diferentes perspectivas ou em alguns casos as intervenções funcionam ao contrário, como momentos introspectivos de paragem que pretendem a abstracção dessa envolvente; neste contexto algumas referências de carácter colectivo: as *rotas cénicas* da Noruega, *Inhabiting highest in the Andes* e a *Ruta del Peregrino* no México.

Évora olha os horizontes do alto do seu zimbório espelhado, povoa as casas de lembranças vivas e gloriosas e, sequiosa apenas do eterno, risonha e aconchegada, enfrenta as agressões do transitório com a força da beleza e a amplidão do espírito.

Torga, M. (2015). *Portugal*. (10ª ed.) Alfragide: Leya, p 87.

CONVENTO E MOSTEIRO: UMA CLARIFICAÇÃO METODOLÓGICA

As raízes das palavras “convento” (do latim *conventus* - “assembleia, reunião”) e “mosteiro” (do grego *monastérion*, de *monázo* - lugar onde se vive só) poderão levantar dúvidas e encaixar nas várias teorias que tentam desmistificar a distinção entre estas duas palavras, cujas conclusões apontam para diferenciações entre géneros (masculino ou feminino), ordens religiosas (ordens monásticas ou ordens mendicantes/regrantes), localizações geográficas (afastadas de centros urbanos ou próximos de centros urbanos) ou o facto das casas religiosas serem ou não de clausura.

Veja-se o exemplo da *História seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco da Província de Portugal primeira parte que contem seu principio e argumentos no estado primeiro de Custódia por frei Manoel da Esperança*: “Mas admito que nomeio com diferentes vocábulos as casas de freiras, e de frades, por ser esta a linguagem usada nos anais da nossa Ordem e nas Bulas dos Pontífices. Digo mosteiro de freiras (o qual nome na sua origem grega significa solidão ou o lugar solitário), por respeito da clausura, em que vivem separadas do comércio humano. Digo convento de frades, em razão de eles estarem juntos dentro das suas paredes. (...) Do mesmo modo convento não somente significa os religiosos juntos, mas também a casa e o lugar onde eles se juntam.”⁰¹
Contudo, encontramos frequentemente exceções que confrontam as várias teorias existentes.

Bem conhecedores da interpretação dos conceitos vulgarmente usados na definição de convento e mosteiro e até do pouco consenso existente na historiografia sobre o tema, entendemos ser útil a este trabalho uma clarificação do significado à luz da documentação da época, grosso modo entre os séculos XVI e XVIII. Para isso seguimos de perto as definições adotadas por investigadores cuja experiência na leitura dos fundos notariais dos conventos eborenses é largamente reconhecida e, ademais, publicada. Referimo-nos em concreto a Manuel J. C. Branco, Francisco Bilou e Pedro Pinto, a quem, de resto, agradecemos as informações que aqui se tipificam: Convento, surgirá doravante como sinónimo de comunidade religiosa (feminina ou masculina) enquadrada numa Ordem e numa Regra; Mosteiro, como significado de estrutura,

complexo ou espaço físico usado pelo Convento. Isto é, no primeiro caso expressando uma ideia geral de agremiação religiosa na sua dimensão organizacional e espiritual, no segundo caso expressando uma ideia geral do conjunto edificado na sua dimensão material e funcional.

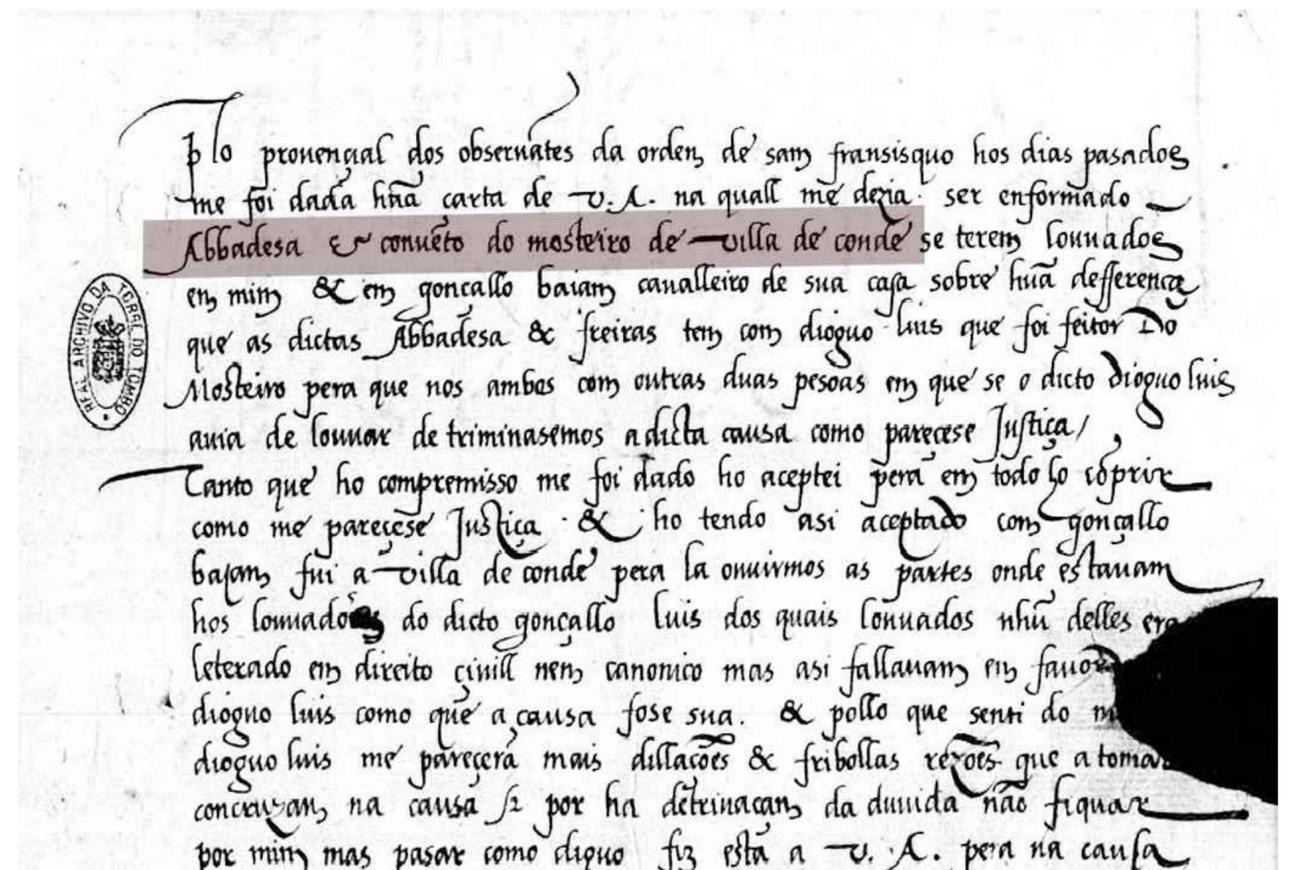
Certamente, em muitos casos estes dois conceitos podem ser sobreponíveis, sobretudo quando se trata de comunidades extintas ou quando não é claro a que nível se nomeia uma determinada comunidade religiosa. Contudo, num trabalho sob a perspetiva arquitetónica do espaço e do seu uso material e espiritual, consideramos fazer sentido usar uma tal distinção *à priori*. Com o uso da mesma não se pretende “universalizar” o conceito ou torná-lo num significado fechado. Porém, entendemos que para o leitor se adequará melhor esta clarificação conceptual no contexto dos conteúdos aqui explanados.

Dúvidas houvesse sobre a pertinência desta nossa preocupação metodológica, a própria documentação conventual (porque produzida pela e para a comunidade religiosa), obriga-nos a acautelar esta definição, uma vez que recorrentemente os documentos explicitam de forma clara que as decisões foram tomadas pelo “convento no mosteiro” (e em caso algum o contrário). Dos múltiplos exemplos que se poderiam aduzir, veja-se um caso concreto do fundo notarial do mosteiro de Vila do Conde:

“Plo prouençial dos obseruantes da ordem de sam francisquo hos dias passados me foi dada huma carta de Vossa Alteza na quall me dizia ser enformado (de a) Abbadesa e conuento do mosteiro de villa do conde (...)”⁰².

⁰¹História seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco da Província de Portugal primeira parte que contem seu principio e argumentos no estado primeiro de Custódia por frei Manoel da Esperança, 1656

⁰²ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 79, n.º 77 (1547)



A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO, CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA ANTIGAS

A cartografia e iconografia antiga da cidade de Évora, revelam-nos variados aspectos da configuração da cidade ao longo dos séculos, como por exemplo as suas linhas defensivas (muralhas, baluartes e desaparecida barbacã). Contudo, registamos importantes pormenores relativos ao tema em análise, sobretudo no que toca aos mosteiros desaparecidos.

A fotografia antiga, que terá destaque numa fase posterior do trabalho, responde a grande parte das questões que hoje nos chegam, face ao legado existente deste património. Contudo, o seu aparecimento, não chegou a tempo de poder registar anteriores demolições.

Da riquíssima coleção cartográfica e iconográfica da cidade, destacamos alguns exemplos, pelas novidades que nos apresentam. As duas plantas [02 e 03] são provavelmente os únicos testemunhos do primitivo mosteiro do Carmo, situado junto à Porta da Lagoa. Como veremos numa fase mais avançada do trabalho, a comunidade viria a refundar o seu convento no interior da cidade. Estas plantas permitiram-nos, no decorrer da investigação, encontrar aqueles que são os vestígios deste edifício, num lugar onde poucos imaginam ter existido um mosteiro. Na imagem [04] podemos observar os vestígios acima descritos, a ruína de uma estrutura que aparenta ser um poço, situado num espaço que muito provavelmente corresponderia ao claustro ou à cerca do mosteiro do Carmo, junto à Porta da Lagoa. Na planta da cidade [05] é possível compreendermos a marcação dos mosteiros de Santa Catarina de Sena e do Paraíso antes da sua demolição, bem como a localização das suas igrejas. Podemos ainda observar o conjunto monástico do mosteiro do Salvador, antes da operação urbanística que compreendeu a abertura da rua de Olivença e a demolição da maioria do mosteiro, que deu lugar ao edifício dos correios.

Relativamente à iconografia antiga, são vários os exemplos nos quais podemos observar os mosteiros da cidade. Contudo, destacamos esta imagem [07] correspondente ao foral de Évora, na qual surge com destaque o desaparecido mosteiro de S. Domingos. Esta é provavelmente a única imagem registada deste edifício, no qual, face à sua precoce demolição, nunca chegou a ser fotografado.



03 Planta da cidade de Évora, século XVI



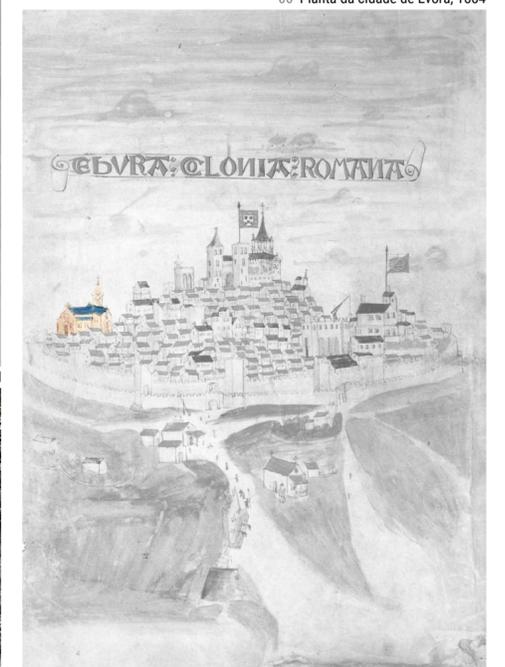
06 Planta da cidade de Évora, 1884



04 Projecto de fortificação de Évora, século XVII



05 Vestígios do primitivo do mosteiro do Carmo, 2018.



07 Contra capa do Foral de Évora, 1501

01 CIDADE DE ÉVORA



IMPLANTAÇÃO ESTRATÉGICA

Évora é o principal centro urbano do Alto Alentejo e aquele em cuja memória histórica melhor reflecte a identidade do país. É por isso, justamente, classificada pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade desde 1986.

Évora é charneira entre o litoral alentejano e a fronteira espanhola. Servia como ponto de passagem obrigatório e de cruzamento entre importantes centros urbanos. Com uma posição central na região, mais afastada do litoral e mais próxima da fronteira, a cidade está localizada numa colina com declive acentuado a Norte e suave a Sul, com posição sobranceira sobre a paisagem envolvente. Cruzamento das vias de comunicação terrestre da antiga Lusitânia, Évora foi sede de um dos mais poderosos bispados medievais do país e, já como cidade de corte, a segunda do reino na época dos Descobrimentos.

Esta sua centralidade geográfica, bem como as condições naturais da região envolvente foram determinantes para a fixação, permanência e desenvolvimento de povos e culturas ao longo do tempo.

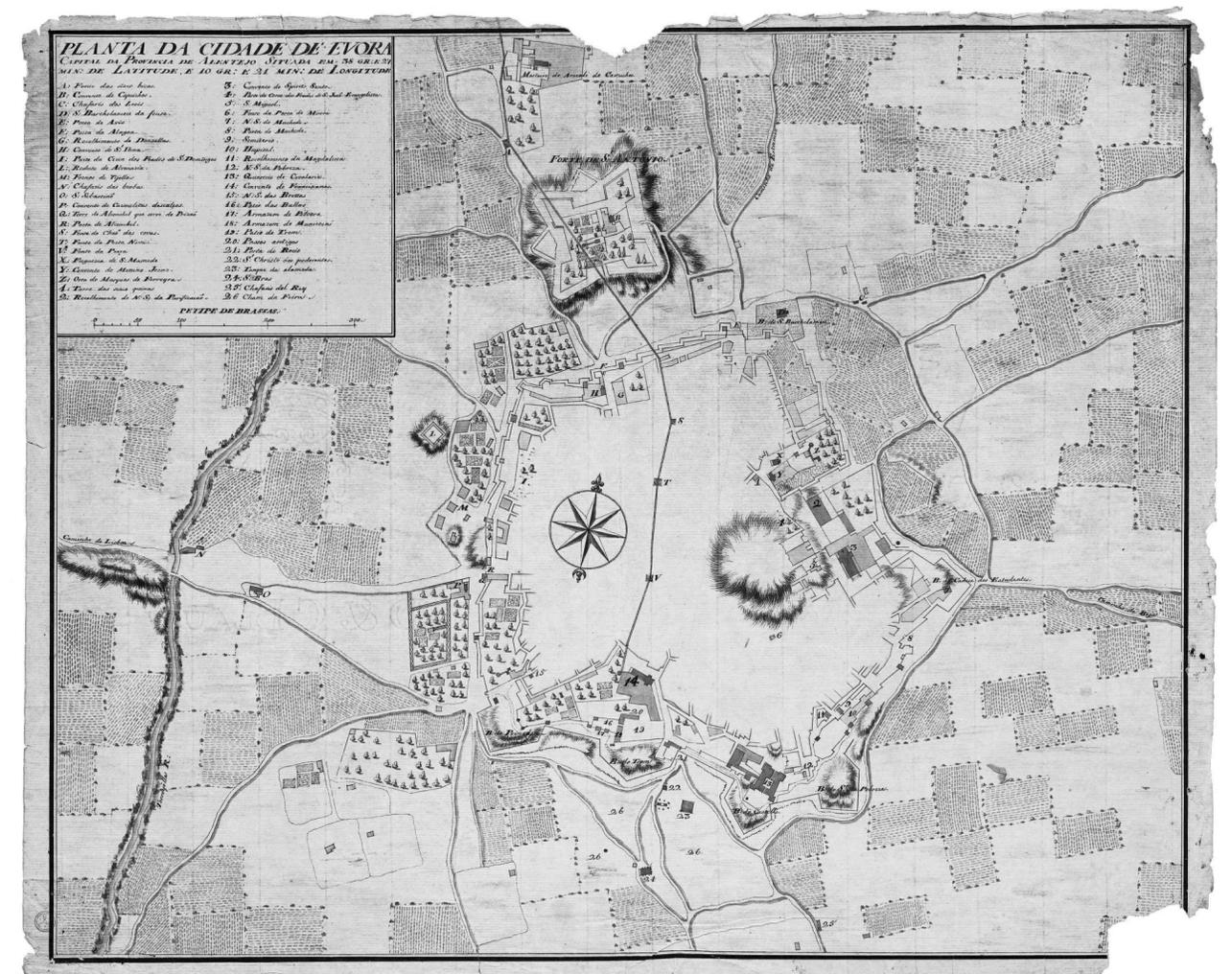
Além da sua localização estratégica como "nó viário", não muito longe do ponto notável da paisagem do Divor, onde confluem as principais bacias hidrográficas do Alentejo Central (Tejo, Sado e Guadiana), e junto ao maciço granítico do Alto de São Bento de onde, aliás, provém a matéria prima usada na sua monumentalidade, o seu fértil perímetro, composto por uma coroa periurbana de hortas, olivais e vinhas, e zona de montado de sobre e azinho, permitiu o desenvolvimento de uma economia predominantemente agro-silvo-pastoril, cuja mais remota identidade se encontra associada à paisagem megalítica regional, uma das mais notáveis no espaço europeu. Sem grandes recursos hídricos além dos principais cursos de água do Degebe e Xarrama, a cidade beneficiou muito das condições naturais do subsolo onde assenta, mas, sobretudo, das que lhe aduziu o *Cano Real da Água da Prata*, reedificado no século XVI sobre o primitivo aqueduto romano.

"Évora é, assim, o resultado da sobreposição a uma possível pré-existência, de um lugar

de confluência e cruzamento das diversas vias romanas mas, também, um lugar defensável e próximo do território que lhe garante a subsistência imediata"⁰¹.

É portanto natural que nesta cidade de tão larga história de povos e culturas abundem sinais de uma religiosidade vivida intensamente, quer por toda a malha urbana, quer no espaço rural envolvente.

⁰¹ Abel, A. (2008). *Os limites da cidade*. Évora, p. 46.



09 Planta da cidade de Évora, 1750/1790

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O património edificado de Évora é o resultado de um legado multiseccular de povos e culturas que a habitaram e que, de modo cumulativo, mas harmonioso, contribuíram para uma unidade urbana de cariz monumental.

Território polarizador de uma "centralidade" regional observável em épocas recuadas, tem na "paisagem megalítica" um dos seus primeiros momentos culturais mais impressionantes. De facto, o recinto megalítico dos Almendres, a Anta Grande do Zambujeiro e até o grande povoado pré-histórico do Alto de São Bento⁰¹, são testemunhos arqueológicos bem reveladores do fundo cultural de onde emergiu a cidade. Sem intervalos temporais na ocupação do território, *Ebora*⁰² já era uma entidade urbana com privilégios municipais no século I a.C⁰³. De resto, a origem toponímica denuncia-lhe a raiz indígena, o que pressupõe presença e domínio territorial de povos pré-romanos⁰⁴. Durante o período romano, a cidade ocupou uma posição central no quadro da Província da Lusitânia. Desde logo pela sua importância estratégica no ordenamento viário entre a capital e as cidades da orla marítima atlântica, entre as cidades mais a sul e as regiões a norte do rio Tejo. Além desta centralidade viária, a presença das pedreiras de granito do Alto de São Bento, foram essenciais em primeiro lugar à construção como material autóctone e mais próximo das construções. Com a evolução do tempo o conjunto das diversas construções contribuíram para a monumentalidade da cidade. Como, de resto, se comprova no uso do granito proveniente destas pedreiras nos principais monumentos da cidade, com destaque para o próprio templo romano, a disponibilidade de água potável e perene a partir dos mananciais do Divo e a própria riqueza agro-silvo-pastoril da região eborense, fizeram da *Ebora Liberalitas Julia* uma cidade de larga *fortuna* durante os séculos de domínio romano. Com a queda do Império Romano e com a cidade reduzida a 10 ha por uma cerca de muralhas construída mais como recurso defensivo do que como obra de militar planeada, o domínio visigótico não acresceu nada de significativo ao manifesto declínio urbano de Évora. Com a invasão muçulmana da Península Ibérica após 711, a *Yabura* manteve no essencial a sua dimensão intra-muros, todavia alterando significativamente o tecido urbano, apropriando-se da cidade romana moldando-a à sua forma de viver o espaço com uma configuração irregular quando comparada com a anterior. Após a conquista cristã da cidade, em 1165, Évora foi integrada na coroa portuguesa. Muito despovoada e empobrecida pelas guerras da

Reconquista, recebeu a primeira carta de foral logo no ano seguinte e cuja primeira preocupação foi, justamente, "restaurar e povoar" o velho burgo. Pacificado o território, Évora passou de uma cidade-fortaleza defendida pelo seu poderoso *Castelo Velho*, onde havia permanecido a milícia dos Freires de Évora (precursores da Ordem de Avis), a uma cidade que extravasou a cerca tardo-romana em arrabaldes polarizados pelas ordens mendicantes (Franciscanos e Dominicanos) e pelas comunidades moura e judaica. Esta expansão que decorreu ao longo dos séculos XIII e XIV teve o seu desenlace natural com a construção por volta de 1350 da Cerca Nova, conferindo a Évora uma das maiores expressões urbanas do país, apenas suplantada por Lisboa. A construção da Sé (1308), e o abandono do Castelo na sequência da crise dinástica de 1383-85, marcaram ainda o aspecto urbano da cidade, conferindo-lhe sobretudo um estatuto religioso realçando o estatuto político com a presença assídua da corte e sobretudo com a construção dos Paços Reais. À entrada do século XVI a cidade já era a "segunda destes reinos", facto que se traduziu em 1501, no foral Novo, o segundo a ser assinado pelo rei, logo a seguir a Lisboa. No entanto, foi durante a estadia de D. João III em Évora, de 1532 a 1537, que a cidade atingiu o seu período áureo. Após este período e, sobretudo com a saída da corte definitivamente em favor de Lisboa, a cidade foi perdendo a expressão cultural e económica. Factor muito negativo para a cidade acabou por ser a extinção das ordens religiosas, em 1834, significando o abandono imediato ou progressivo dos espaços monásticos, fundamentais no tecido social e urbano durante séculos. Todavia, a cidade soube reerguer-se, primeiro com a chegada do caminho de ferro (1863), depois com a revitalização urbana incentivada pelo Liberalismo crescente e, finalmente, por uma consciência de salvaguarda do património arquitetónico e artístico. A classificação de Évora pela UNESCO na lista do Património Cultural da Humanidade em 1986 veio reconhecer o trabalho de várias gerações na defesa e integridade histórica da cidade.

⁰¹ Cf. Calado (2003). *Carta Arqueológica de Évora*. Câmara Municipal de Évora.

⁰² Ainda que até hoje não se tenham encontrado vestígios arqueológicos da cidade pré-romana.

⁰³ Cf. Faria, A. M. (1999). *Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos*. Revista Portuguesa de Arqueologia, Vol. 2, nº2, pp. 29-50.

⁰⁴ Cf. Simplício, M. (2003). *Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.1



10 Vista geral da cidade de Évora do lado Norte, 1669

A CIDADE ROMANA

EBORA LIBERALITAS JULIA

Tendo em conta unicamente os resultados arqueológicos das últimas décadas, nenhuma evidência mostra uma origem pré-romana da cidade de Évora. Esta ideia é reforçada pelo próprio modelo de ocupação territorial e administrativo romano através da fundação de colónias militares, não estando *Ebora* contemplada entre as cinco criadas na Lusitânia⁰¹. No entanto, segundo Túlio Espanca, Plínio referenciou *Ebora Cerealis*, no século I, cujo nome alude à fertilidade dos seus campos no cultivo⁰². Enquanto esta dúvida permanece, três evidências geo-estratégicas parecem fundamentais à implantação e desenvolvimento da urbe romana: a sua localização central como rótula viária dos principais eixos terrestres da Lusitânia; a proximidade à principal pedreira da cidade situada no Alto de São Bento, de onde provém a matéria-prima (granito) fundamental à construção dos principais equipamentos urbanos; por último, a proximidade ao principal recurso hídrico, potável e perene, da região - as fontes do Divor - que se sabe ter sido aproveitado através de um aqueduto já em época romana⁰³. Demonstrando a importância e relevância que a cidade tinha na época, ainda no século I, Júlio Cesar que "desenvolveu a romanização do território Além-Tejo, concedeu a *Ebora* o título de *Liberalitas Julias*"⁰⁴. Através das palavras de Simplício entende-se que "o conhecimento da estrutura viária, que a partir das quatro portas desta cerca constituía os prolongamentos dos eixos interiores e assegurava a ligação da cidade a outros centros importantes, mostra a influência das antigas vias romanas na estrutura urbana futura. Refira-se que, de antigos caminhos exteriores, aquelas vias se transformaram em ruas principais quando a cidade, no seu crescimento, extravasou a cerca primitiva."⁰⁵.

Apesar do pouco conhecimento quanto à estrutura urbana da cidade durante este período, sabe-se que a sua posição era central relativamente ao actual tecido urbano, situando-se na zona mais elevada, adaptada às condições topográficas. A cidade de Évora, como a maioria das cidades de fundação romana, foi construída segundo o modelo dos acampamentos militares, ou seja, adaptada à estrutura viária exterior com portas orientadas aos pontos cardeais, duas vias principais interceptando-se a meio coincidindo com o fórum e uma malha ortogonal de ruas secundárias modelando os quarteirões. Contudo, alguns trabalhos arqueológicos posteriores, como a escavação na zona do templo, a descoberta do possível *decumanus maximus* a coincidir com a actual rua de Vasco da Gama e a não existência de um "arco de Triunfo" romano na Praça de

Giraldo⁰⁶, sugerem uma quadrícula urbana ligeiramente diferente.

As estruturas antigas, mais ou menos integradas no tecido urbano de Évora, constituíram um factor, não só de valorização identitária da antiguidade da cidade, como permitiram a criação de uma narrativa. Desde logo *Ebora* parece ter sido uma importante cidade da Lusitânia que no início do século IV já era sede de bispado, o que demonstra essa importância religiosa, social, política, económica, cultural e monumental⁰⁷.

A muralha tardo-romana, de finais do século III, dita *Cerca Velha*, após o século XIV apresenta uma forma pentagonal irregular, defendida por quatro portas e doze torres de cantaria de desigual desenho e métrica, tendo muitas delas sido refeitas em épocas posteriores. Uma porta de pequenas dimensões aberta originalmente na muralha romana, junto da rua Alcárcova de Cima, indica uma quinta porta da cidade romana, legitimando a hipótese da passagem neste ponto do *decumanus maximus*.

O circuito amuralhado tardo-romano delimita uma área de 10ha e sacrificou parte da cidade romana que se estendia a Norte e a Poente, alcançado a zona da Mouraria e toda a área da actual Praça de Giraldo.

Como em muitos outros casos conhecidos, esta muralha foi construída como contingência militar motivada pelas invasões dos povos Bárbaros, que dela se apoderariam pouco tempo depois sob domínio Visigótico. Destes, muito pouco se sabe. No entanto, a cidade por eles dominada com a designação de *Elbora* ou *Erbora* continuou a ser sede de diocese e a cunhar moeda.

⁰¹ Cf. Mantas, V (1986) *Arqueologia urbana e fotografia aérea. Contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro*. Trabalho de Arqueologia 3. Lisboa. pp. 25-26.

⁰² Simplício, M. D. (2006). *Évora: Algumas Etapas Fundamentais na Evolução da Cidade até ao Século XVI*. Câmara Municipal de Évora.

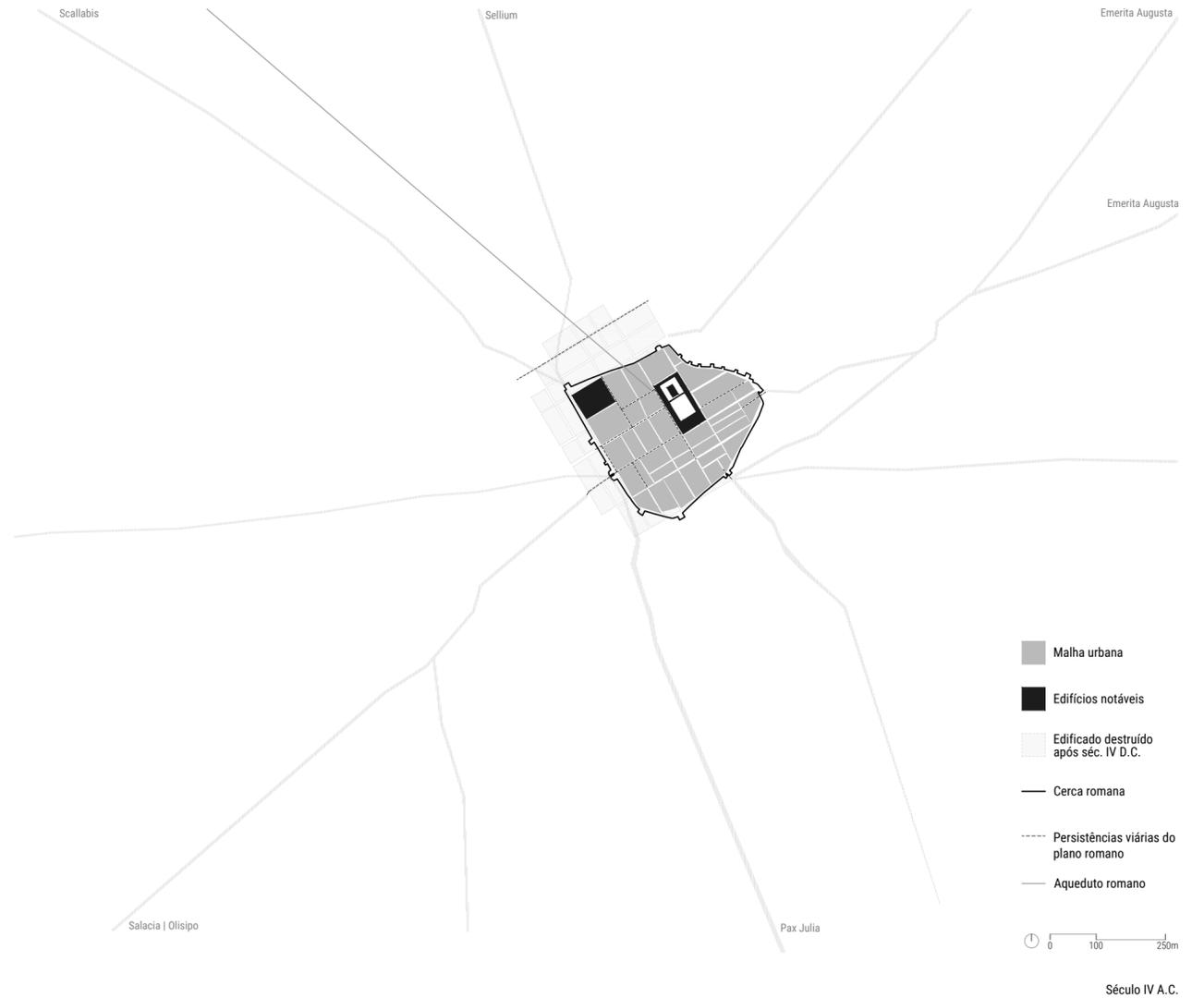
⁰³ Cf. Bilou, F. (2010). *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora. 1533-1537*. Lisboa: Edições Colibri.

⁰⁴ Beirante, M. A. (1988). *Évora na Idade Média*. Lisboa.

⁰⁵ Simplício, M. D. (2006). *ob cit.* pp. 2-3.

⁰⁶ Bilou, F (2010). *ob cit.* pp. 92-98.

⁰⁷ Alarcão, J. (1974). *Portugal Romano*. Lisboa: Gris Impressora.



A CIDADE MUÇULMANA YABURA

Tudo indica que a cidade após a conquista muçulmana, apesar da perda da sua importância cultural, tenha mantido o protagonismo regional no controlo da centralidade viária, na manutenção da actividade comercial e na exploração agro-silvo-pastoril do seu fértil território.

No início do século XII, o geógrafo árabe Al-Idrici dizia de *Yábura* que era uma cidade "grande e bem povoada. Cercada de muros, possui um castelo e uma mesquita catedral. O território que a cerca é de uma fertilidade singular. Produz trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes. É uma região excelente onde o comércio é próspero quer em objectos de exportação quer em objectos de importação. Évora a Badajoz, para oriente, 2 jornadas"⁰¹.

A estrutura urbana intramuros, essa sim, foi sendo alterada gradualmente segundo os novos modelos de sociabilidade e de novas práticas religiosas, centradas na "Mesquita catedral", localizada na área correspondente à actual Sé. Na parte mais alta da cidade passou a situar-se a alcáçova ou fortaleza, correspondendo a uma área residencial palatina fortificada, ocupando cerca de um oitavo da área total, distinta da restante área urbana - medina ou cidade - com a qual se correspondia internamente através de uma porta para a zona do *suq*, polarizado pelo antigo templo romano. O tecido urbano da época romana foi sendo absorvido pelo traçado muçulmano, que se foi sobrepondo e alterando a organização espacial, adaptando-a às necessidades da cidade muçulmana, privilegiando o desenho irregular e sinuoso.

Na sequência do saque cristão de 913-914, a *Yábura* foi destruída e abandonada, mas logo reconstruída no ano seguinte⁰². Segundo Beirante "as muralhas de Évora não se encontravam em boas condições de defesa (...), junto delas acumulavam-se imundices e formavam-se monturos"⁰³, circunstância que terá facilitado a tomada e *Yábura* pelas tropas de Ordonho II. Esta situação alertou para a necessidade de um reforço defensivo através da reconstrução da muralha que foi reforçada exteriormente com a "abertura de fossos ou alcárcovas e pela construção de barbacãs"⁰⁴.

No exterior da muralha, pelos arrabaldes caracterizados pelas suas diferentes comunidades, agrupavam-se a minoria moçárabe, muçulmana e judaica. O restante espaço seria povoado por hortas, prática que não deixou de desaparecer na Idade Média com a construção da *Cerca Nova*. Importa referir que foi nesta área provida de água e dos melhores solos que posteriormente se desenvolveu a cidade cristã, e sobretudo, que se instalaram as primeiras comunidades religiosas (Franciscana e Dominicana) já no século XIII.

O domínio árabe terminou no ano de 1165, com a conquista da cidade por Giraldo Geraldês, que foi assim integrada na coroa portuguesa de D. Afonso Henriques.

⁰¹ Coelho, A. (1972). *Portugal na Espanha Árabe*. vol.1 Lisboa: Seara Nova. p.69.

⁰² Sidarus, A. (1985). *A nova fundação de Évora no princípio do século X*. Congresso sobre o Alentejo. Évora-Outubro. vol.1. pp. 191-197.

⁰³ Beirante, M. A. (1988). *ob cit.*, p.43.

⁰⁴ *Ibidem*. p.43.



Século X

A CIDADE MEDIEVAL

ÉVORA NA RECONQUISTA CRISTÃ | SÉCULOS XII e XIII

Logo depois da tomada cristã de Évora, D. Afonso Henriques, primeiro monarca português, outorgou à cidade o seu primeiro foral (1166), dando-lhe assim garantias régias segundo os "costumes de Ávila". Para essa primeira missão de restaurar e povoar a cidade, o rei instalou no Alcácer Velho os Freires de Évora, milícia cavaleiresca pertencente à Ordem de Calatrava, cuja principal missão foi a de garantir a defesa do território conquistado e da continuidade da expansão cristã para Sul.

Durante as primeiras décadas de domínio cristão, Évora tornou-se num importante bastião militar do *Além-Tejo*. A par dessa importância geoestratégica durante o contexto da *Reconquista*, a refundação da Sé e a rápida consolidação do prestígio do bispado eborense, permitiu assegurar à cidade um estatuto entre as principais cidades do novo reino português, fator determinante no crescimento urbano e no desenvolvimento económico da cidade.

Essa dinâmica urbana própria, em consonância com a conhecida expansão das cidades europeias, fez com que a antiga *Ebora* delimitada pela cerca tardo-romana, fosse progressivamente extravasando o perímetro amuralhado, dando início aos primeiros arrabaldes extramuros, mas logo configurando novas unidades urbanas em torno dos recém-criados polos religiosos, à cabeça dos quais os mosteiros de São Francisco e São Domingos⁰¹.

Importante neste processo evolutivo da cidade foi a instalação das comunidades moura e judia em bairros delimitados. As áreas de expansão situadas em redor do primitivo amuralhado, ainda que com desigual densidade construtiva, foi sendo modelada pelos eixos viários pré-existentes, os quais saindo das quatro portas da cidade se projetavam aos diferentes lugares com que Évora se comunicava: pela Porta da Rua da Selaria, ligando às povoações do Sul, Norte e costa Atlântica, pela Porta de Moura, ligando sobretudo às povoações raianas.

Precisamente à Porta da Rua da Selaria, coincidente com o arruamento intramuros mais importante da cidade dirigido à catedral, foi-se consolidando o principal espaço

socioeconómico da cidade. Primeiro um simples "chão" onde se realizava a feira franca anual, depois, gradualmente, a *Praça Grande*, réplica funcional do antigo fórum romano, onde no início da Época Moderna não faltava a representação das principais instituições da cidade: a religiosa (ermida de Santantoninho), a político-administrativa (Paços do Concelho e Cadeia comarcã), a simbólica (o pelourinho como símbolo da justiça e autoridade régia), e a económica (comércio na envolvente da praça debaixo dos arcos).

Em todo o caso, a *Praça Grande*, consolidada na Idade Média como espaço agregador da expansão urbana extramuros não mais deixará de ser o principal centro da sociabilidade eborense. Por ela passará sempre qualquer que seja o percurso histórico da cidade.

⁰¹ Simplício, M. D. (2006). *ob cit.*, p.8.



1165 - 1295

ÉVORA NA IDADE MÉDIA

PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIV

A expansão urbana para lá do primeiro amuralhado seguiu genericamente a estrutura viária radial a partir das portas da cidade, particularmente as da Rua da Selaria e de Moura. Devido à expansão do edificado pela orla exterior do recinto amuralhado, que envolveu a estrutura viária, tornou as antigas vias de ligação ao exterior das muralhas em vias urbanas integradas na malha da cidade.

Como refere Domingas Simplício, "apesar da relativa regularidade dos quarteirões, o processo da expansão urbana naquela época, não ocorreu, tal como na maioria das cidades medievais, de forma planificada; com efeito, é a partir das portas existentes e integrando na estrutura urbana os antigos caminhos, que se vão, progressivamente, constituindo os novos sectores urbanos."⁰¹.

Em bom rigor, não existem muitos modelos sobreviventes de cidades europeias da escala de Évora que mantenham intacta uma semelhante estrutura radiocêntrica e a escassez dos documentos régios e municipais não permitem uma ideia definitiva sobre o grau de planificação urbana usada na época.

Nesse período, a cidade era formada por duas partes distintas: o original núcleo urbano definido pela muralha tardo-romano, e núcleos dispersos, que compreendiam os arrabaldes fora das muralhas, de construção e expansão livre. O primitivo núcleo manteve o desenho sem alterações significativas, enquanto a expansão se desenvolveu de forma dispersa em torno da cinta muralhada. Formaram-se aglomerados a norte, cujo novo edificado instalado junto a uma das portas da cidade da antiga muralha romana (porta a norte, arco de D. Isabel), posicionou-se entre duas vias principais. Contíguo à cerca do Convento de São Domingos reforçado o já existente a norte, entre a cerca e a via e a sul, foi construído um novo núcleo urbano, o *arrabalde de Cogulos*. Além de ter sido consolidada a orla imediatamente exterior à muralha, a malha urbana foi, simultaneamente, reforçada sobretudo a sul, procurando sempre as vias de ligação entre Évora e outras cidades. Na área envolvente do Convento de São Francisco houve expansão e consolidação do *arrabalde de São Francisco* e do seu prolongamento para os *Chãos Domingueiros*. Entre estes dois polos religiosos começou a ganhar forma o principal percurso comercial da cidade definido por arcos. Neste cenário de rápido

crescimento, o primeiro esboço de consolidação urbana aconteceu junto à Porta da Rua da Selaria, de que resultou a principal praça da cidade - *Praça da Porta de Alconchel*, assim referida na documentação medieval -⁰², beneficiada pela presença na proximidade da operosa comuna judaica.

Devido a esta crescente expansão urbana, cedo surgiu a necessidade de delimitar com uma nova cintura amuralhada, de modo a defender e conter o disperso urbano disperso. A consequência dessas medidas resultou na construção de uma linha de muralha - a Cerca Nova - que envolveu os novos pontos urbanos, iniciada em meados do século XIV e terminada aproximadamente um século depois, em meados do século XV. A delimitação da Cerca Nova não só garantiu áreas de crescimento duradouras praticamente até ao final do século XVI como permitiu à cidade afirmar-se como a segunda do reino com a maior extensão murada, logo a seguir a Lisboa.

A muralha que respeitou as pré-existências viárias tornou-se o "elemento fundamental da futura expansão e consolidação urbana de Évora"⁰³. O seu vasto perímetro permitiu à cidade medieval não só uma eficaz defesa militar como assegurar protecção sanitária à população. O desenho da nova cerca, com o objectivo de assegurar protecção à população da cidade de Évora, permitia, no interior, a construção de inúmeros edifícios de modo que consolidaram a malha urbana, ao preencher os vazios entre edificado e de edificado ao limite da muralha. Os seus limites foram definidos de acordo com elementos já existentes tendo absorvido na nova cerca as cercas dos mosteiros, envolvendo-os no interior do recinto murado.

⁰¹ Simplício, D. (2009). *ob cit.*, p.9

⁰² Beirante, M. A. (1988). *ob cit.*, p.43.

⁰³ *Ibidem*, p.43



ÉVORA NA IDADE MÉDIA

DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIV AO SÉCULO XV

Na segunda metade do século XIV, houve continuidade do progresso que se sentiu no princípio do mesmo. Passado o surto de peste negra, Évora retomou a dinâmica de crescimento urbano provinda do século anterior. A Igreja voltou a ter um papel preponderante no desenvolvimento urbano, económico, religioso e social da cidade, materializado pela edificação do claustro da Sé. Paralelamente, fizeram-se ampliações no edifício do Mosteiro de São Francisco que contemplavam também a construção do seu claustro, justificando a sua utilização pela corte na realização de importantes cerimónias como casamentos reais.

Perto do final do século, o castelo medieval da cidade foi tomado e destruído durante as revoltas contra o poder de D. João I. Como forma de agradecimento aos apoiantes foram cedidos pelo rei terrenos e áreas urbanas de grandes dimensões, a famílias da nobreza onde foram construídos palácios e casas senhoriais, e à burguesia que definiu espaços mercantis e espaços de comércio através da instalação de tendas e edificado rudimentar, reforçando a importância da *Praça da Porta de Aconchel*. A construção adossada à muralha ou em torno da actual Praça do Giraldo, tornavam este espaço um dos mais relevantes do desenvolvimento económico e comercial da cidade na época, a que se junta a importância crescente do eixo comercial São Francisco - São Domingos. A maioria dos espaços doados pelo rei aos nobres são troços da cerca tardo-romana e a sua envolvente, onde construíram casas e pomares, contribuindo significativamente para o crescimento urbano no centro histórico.

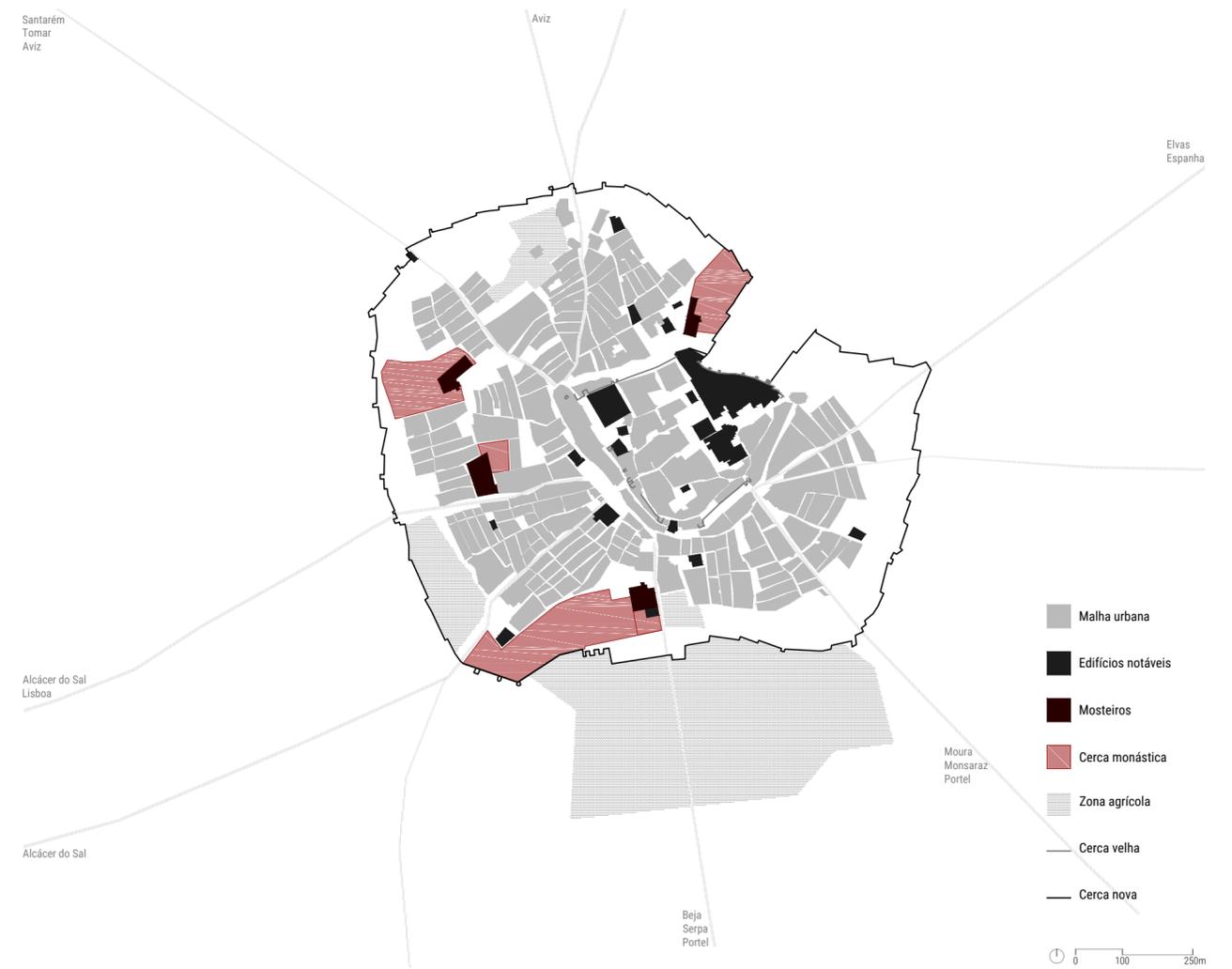
Em meados do século XIV, aquando do término da cerca nova, os espaços antes considerados arrabaldes tornaram-se parte integrante na cidade, como explica Beirante: "Évora na Idade Média é uma cidade sem arrabaldes, não por nunca os ter possuído, mas por os ter absorvido por inteiro dentro do seu perímetro fortificado."⁰¹. A nova cerca que envolveu no seu interior a cerca velha (tardo-romana), continha uma área "superior a 50 ha, facto que coloca a cidade de Évora logo abaixo de Lisboa, em termos de área urbana"⁰². A partir deste momento constitui-se um novo conceito urbano definido pela muralha onde existe uma nítida distinção entre a *cidade* e *fora de portas*⁰³. Com esta nova

realidade a malha da cidade acompanha sem grandes constrangimentos o desenvolvimento urbano, densificando construtivamente áreas de edificado pré-existente. Devido ao crescimento populacional que se veio a sentir na segunda metade deste século, começam a tornar-se indispensáveis os primeiros cuidados de limpeza e saneamento da cidade. As entidades municipais tomam as primeiras medidas regulamentares (regimentos) para a melhoria do quotidiano eborense, ainda que o calcetamento das ruas, por exemplo, só se verificou a partir do século seguinte.

⁰¹ Beirante, M. A. (1988). *ob cit.*, p.52.

⁰² *Ibidem*, p.48.

⁰³ Caeiro, E. (2005). *Os Conventos do Termo de Évora*. Universidad de Sevilla. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Departamento de Urbanística y Ordenación del territorio. Sevilla. p.58.



ÉVORA NA IDADE MODERNA

SÉCULOS XV e XVI

Neste enquadramento temporal, Évora viveu o seu período áureo, quer do ponto de visto político, económico, artístico e social, quer do ponto de vista urbano. Os próprios documentos da época referem-na como a "segunda cidade do reino", logo a seguir a Lisboa, como comprova o foral manuelino, em 1501, imediatamente a seguir ao da capital do reino. Uma das justificações mais fortes para esta circunstância encontra-se na presença da Corte na cidade, com frequência e por largos períodos. A construção do Paço Real junto ao Convento de São Francisco ilustra bem a preferência dos reis portugueses pela capital alentejana. Estando a Corte presente na cidade, com ela permaneceu um conjunto alargado de cortesãos, artistas e letrados, factor acrescido de dinamismo urbano. Consequentemente, construíram-se de raiz ou ampliaram-se inúmeros paços senhoriais, mosteiros e igrejas dentro e fora de muros, dos quais se destacaram, além da grande reforma manuelina da igreja de São Francisco e do vizinho Paço Real, o *Castelo Novo*, os mosteiros de Santa Catarina de Sena, Santa Mónica, Paraíso e Nossa Senhora da Graça, o aqueduto da Água da Prata e o conjunto de fontes e chafarizes a ele associado.

Já na segunda metade do século XVI foi fundado o colégio jesuíta do Espírito Santo, estrutura que se instalou num vazio urbano bastante declivoso e que, também por isso, acabaria por consolidar o urbanismo de uma parte substancial da cidade intramuros do lado norte.

Enquanto algumas obras originaram uma transformação do espaço urbano, alterando ou consolidando alguns quarteirões pela cidade, como foi o caso da igreja de Santo Antão, o Aqueduto adaptou-se grandemente à estrutura urbana já existente. A grande alteração urbana introduzida por esta estrutura hidráulica, deu-se ao nível do seu troço final, que obrigou a rasgar a actual Rua Nova, até aí zona de casario denso com quintais.

A conversão forçada de Mouros e Judeus e conseqüente fuga, evidenciou uma separação entre os sectores interiores e exteriores à Cerca Velha, passando a Praça Grande (do Giraldo) e o largo das Portas de Moura, a polarizar os principais espaços de concentração da cidade⁰¹.

⁰¹ Cf. Caeiro, E. (2005). *ob cit.* p.63-68



ÉVORA NA IDADE MODERNA DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XVIII

Com a saída da corte definitivamente de Évora, primeiro para Madrid, depois para Lisboa, a cidade entra num lento declínio urbano, mais acentuado a partir de 1581, motivado pela perda de independência. Sintoma dessa lenta decadência foi dada pelo próprio Paço Real, que ao abandono foi entregue quase integralmente ao Convento de São Francisco após 1619.

Não significa isso que no interior da cidade, ou às suas portas não se continuasse a construir. Comprovado pelo Convento dos Remédios, à Porta de Alconchel (1614)⁰¹ ou o hospital da Universidade anos antes, junto à Porta de Machede, do lado de dentro da cidade, marcando o limite nascente do complexo universitário jesuíta que se estendia entre o Largo dos Colegiais até à Rua de Machede. Contudo, permaneceram inúmeras áreas livres dentro da cerca nas quais constam essencialmente hortas e pomares.

Na primeira metade do século XVII, alguns edifícios religiosos foram alvo de intervenção e construídos novos colégios, o que prova que, apesar do poder se ter mudado para Madrid, o quotidiano religioso em torno do importante Arcebispado eborense continuou a marcar a vivência da cidade.

Ainda neste século, e após a Guerra de Restauração, foram fundamentais a ampliação e o reforço do sistema defensivo da cidade. Nesse contexto restauracionista, logo em 1642 o engenheiro-mor do reino, Carlos Lassart, foi encarregue pelo Rei D. João IV de analisar o sistema defensivo da cidade. Posteriormente, em 1659, o engenheiro-militar Nicolau de Langres elaborou um projeto defensivo, o qual, recuperando a operacionalidade militar da Cerca Nova traria o mais moderno sistema abaluartado, conhecido por *Vauban*. Deste modo, o desenho das defesas contemplou, além da construção de vários baluartes, a reformulação de espaços na zona do Rossio de São Brás, no Mosteiro de Santo António e no Mosteiro dos Remédios. Foi, porém, o engenheiro Luís Serrão Pimentel que realizou o projeto final, apoiado no anterior projecto, mas com menor complexidade estrutural. Nesse sentido, e sem modificar significativamente a morfologia urbana da cidade, foram contruídas as fortificações do Forte de Santo António e dos vários baluartes adossados às principais portas da cidade; a norte do Mosteiro dos Remédios foi edificado o Forte dos Penedos, do qual não restam

quaisquer vestígios.

No ano de 1663, D. João de Áustria tomou Évora episodicamente. Nestes assédios militares espanhóis, muito património civil e religioso da cidade foi danificado, desde logo o próprio Aqueduto. Contudo, foi o primitivo Mosteiro do Carmo o exemplo máximo da devastação, totalmente destruído pelos bombardeamentos. O convento foi depois realojado no Palácios dos Bragança, junto às Portas de Moura, fundando mais tarde um novo mosteiro.

Pacificado o reino, o século XVIII proporcionou de novo algum investimento régio à cidade. Exemplo desse comprometimento do rei para com aquela que havido sido a segunda cidade do reino foi a reconstrução da capela-mor da Sé de Évora, obra monumental assinada pelo arquitecto da Casa Real João Frederico Ludovice. Por outro lado, existiu um aumento da ocupação do solo urbano devido às construções militares e à fundação do Hospital do Espírito Santo. Foram ainda concluídas as fortificações, que haviam sido iniciadas no século anterior, tendo ainda o Castelo Novo sido ampliado.

Em 1755, o terramoto que assolou o país causou inúmeros danos por toda a cidade. Quatro anos depois a cidade viu encerrada, no âmbito da expulsão da Companhia de Jesus, uma das suas instituições de maior prestígio - o Colégio do Espírito Santo.

⁰¹ Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*, VII, Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa. p. 314.



ÉVORA NA IDADE CONTEMPORÂNEA DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

No início do século XIX, o exército francês atacou e saqueou sobretudo edifícios religiosos e residências nobres, empobrecendo e enfraquecendo a cidade. Além de vidas perdidas, de inúmeros bens artísticos desaparecidos, os mosteiros foram parcialmente destruídos, sofrendo graves danos pelos actos de violência das invasões napoleónicas.

Ainda na primeira metade deste século, em 1834, as ordens religiosas foram extintas. O património conventual passou para a responsabilidade da Fazenda Nacional, e muitos imóveis acabaram por ser vendidos em hasta pública. Inevitavelmente, pela decadência estrutural e pela perda de função, parte significativa deste património religioso foi demolido ou reafectado a diferentes funções de natureza civil e militar.

Com o Liberalismo, firmaram-se conceitos de urbanismo para o espaço público em torno da melhoria da qualidade de vida dos habitantes. De facto, não só se alterou a morfologia, a concepção e a organização da cidade, como se acrescentaram equipamentos urbanos fundamentais à modernização da cidade de acordo com os padrões europeus. Importante neste contexto foi a inauguração da ligação ferroviária (1863), cuja estação contribuiu directamente para a expansão urbana a sul da cidade. Contudo, "ao contrário do que sucedeu noutras cidades em que as expansões urbanas em direcção à estação ferroviária são preferencialmente reservadas às classes privilegiadas, em Évora, as classes de maiores recursos económicos permanecem intramuros (...)".⁰¹ Com efeito, as elites locais preferiram revalorizar as suas residências familiares intramuros. Importante para a salvaguarda do património artístico e arquitetónico da cidade foram as primeiras intervenções levadas a cabo na recuperação do templo romano (1870), na Igreja de São Francisco e no Palácio de D. Manuel.

Devido à crescente demografia sentida sobretudo a partir do final do século XIX, a cidade cresceu não só no interior das muralhas até aos seus limites, como também para fora das mesmas, surgindo às portas da cidade os primeiros aglomerados urbanos, densificando áreas já antes ocupadas pelas hortas que historicamente sempre foram espaços residenciais dispersos. Até meados do século XX, o crescimento extramuros foi lento, ao contrário do interior da cidade que registava o valor mais elevado de habitantes, rondando as duas dezenas de milhar. Porém, na segunda metade desse século, verificou-se uma progressiva expansão urbana fora do recinto amuralhado, a maioria

desregada salvo a que pode ser planificada, fenómeno em grande parte devido ao êxodo rural em direcção à cidade. Com o propósito de planificar e ordenar o futuro desenvolvimento urbano de Évora surgiu, em 1942 e aprovado em 1945, o primeiro plano de urbanização da cidade. Embora o plano não tenha sido executado na íntegra, contemplava ideias sobre a preservação do centro histórico procurando valorizar a importância de uma cintura verde em seu redor, o crescimento urbano extramuros, a definição da área a ocupar pela indústria e até o sistema de circulação periférica. Na segunda metade do século XX e até 1974 registaram-se apenas intervenções pontuais no núcleo histórico. A partir desta data, verificaram-se mudanças sociopolíticas substanciais que tiveram uma influência imediata na forma de gerir o urbanismo da cidade. No final da década de 70, a Autarquia avançou com o "Plano de Circulação e Transportes" e a "Metodologia de Recuperação do Centro Histórico de Évora", contribuindo para a valorização do centro histórico. Entretanto, na área exterior às muralhas, adensava-se a crise habitacional face à escassa oferta de residências em espaços urbanizados. De forma a contrariar a situação, a Autarquia combateu os novos núcleos clandestinos, com uma política de recuperação dos existentes e avançou com o plano de expansão da zona oeste no âmbito das Cooperativas de Habitação, de construção a baixo custo. Foi neste contexto que o arquitecto Álvaro Siza Vieira foi contratado, em 1977, para elaborar um "plano de pormenor" do qual resultou o bairro da Malagueira. Foi igualmente decisiva, a criação de um Plano Director do Concelho de Évora, que envolveu em simultâneo o Plano Geral de Urbanização da cidade. Uma vez aprovado, o P.D.M. tornou-se elemento orientador de toda a actividade municipal. Em resultado de boas políticas de gestão patrimonial, em 1986 Évora foi classificada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade. A dimensão urbana, aliada às invulgares e bem preservadas características arquitetónicas da cidade pesariam nessa escolha. Na passagem do século XX para o seguinte, até à actualidade, a cidade continuou a crescer e o seu urbanismo foi marcado pela construção e reconversão de diversos edifícios dentro e fora do centro histórico, sobretudo para responder à crescente procura turística.

⁰¹ Simplicio, D. (2009). *Evolução da Estrutura Urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI*. Câmara Municipal de Évora. p.4



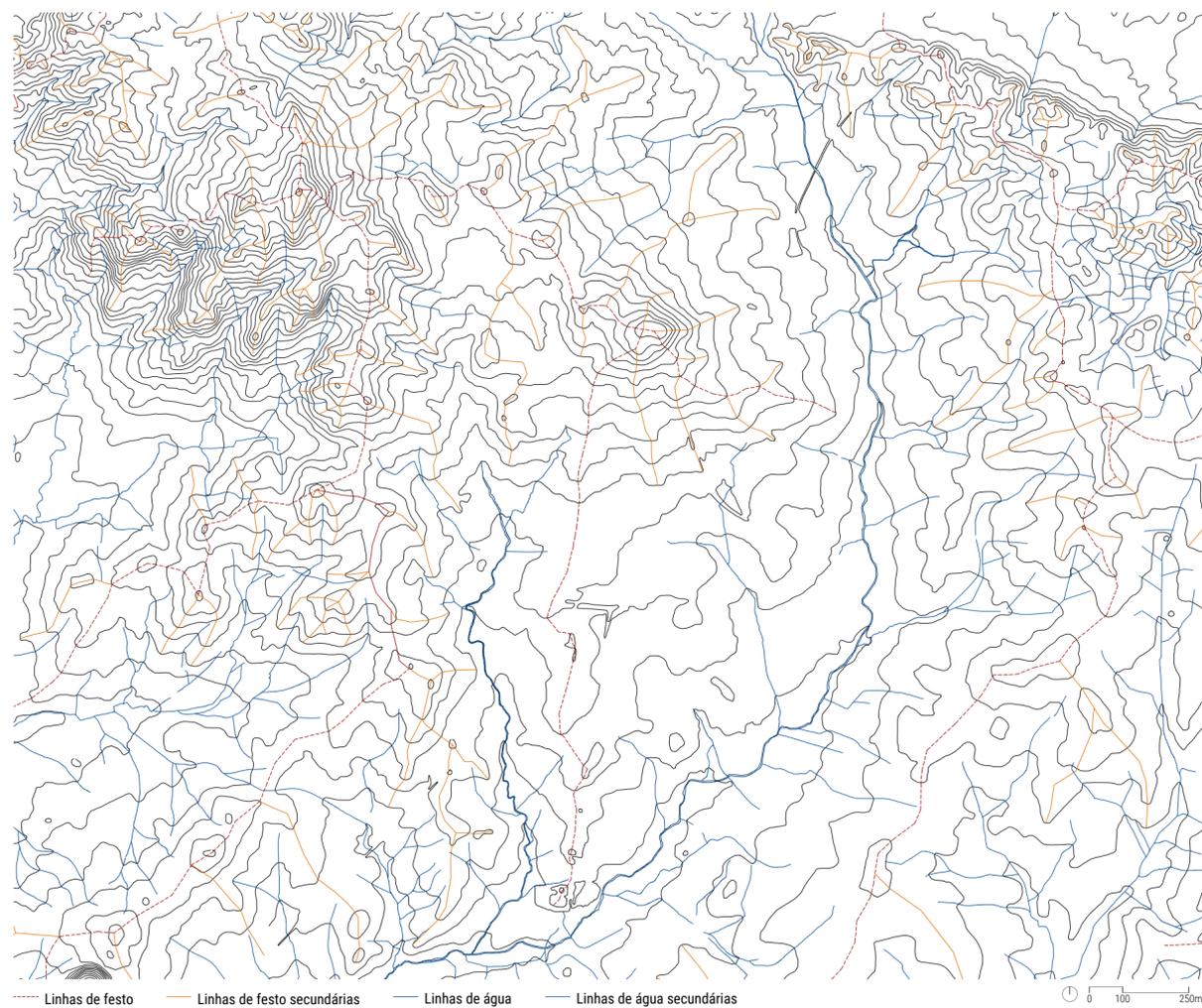


11 Fotografia aérea da cidade de Évora, 1958

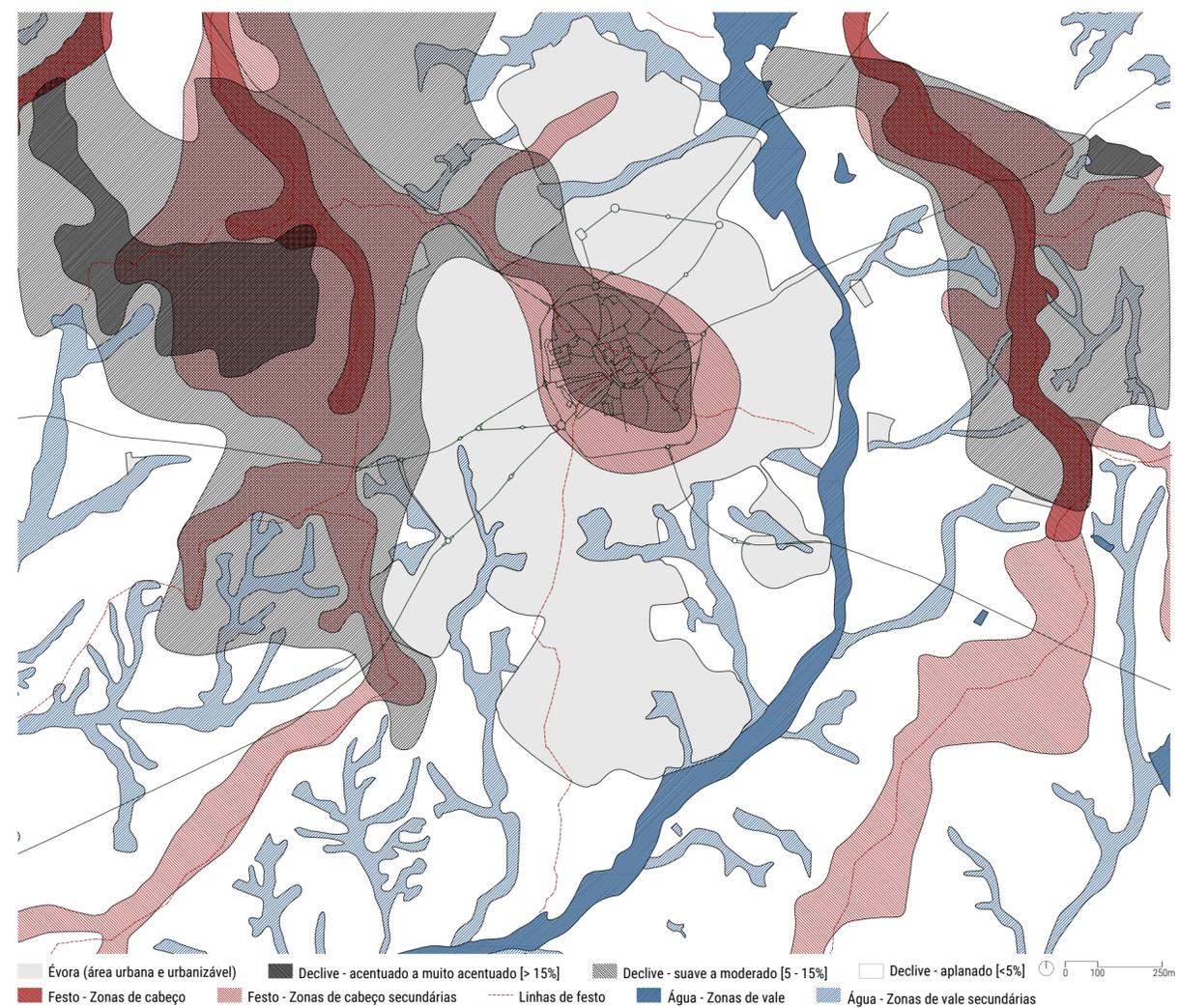


12 Fotografia aérea da cidade de Évora, 2018

TOPOGRAFIA



SÍNTESE FISIAGRÁFICA



CADASTRO



CIRCULAÇÃO



— Vias principais — Vias secundárias — Ferrovia — Ciclovia



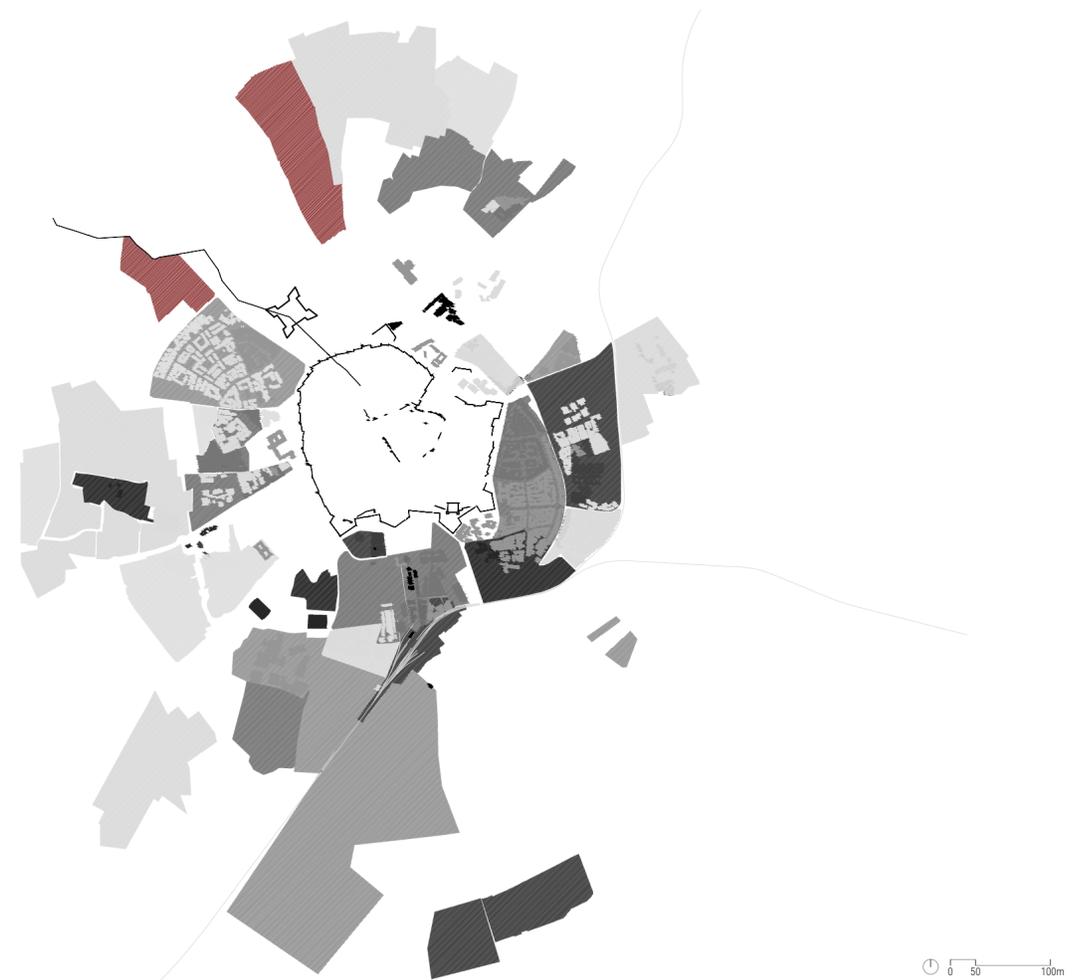
ESPAÇOS VERDES



■ Espaço verde cultivado ■ Espaço verde não cultivado



EXPANSÃO EXTRAMUROS



■ Década de 10 ■ Década de 20 ■ Década de 30 ■ Década de 40 ■ Década de 50
 ■ Década de 60 ■ Década de 70 ■ Década de 80 ■ Década de 90



CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE

No presente capítulo observou-se a forma como o dinamismo urbano de Évora se desenvolveu de forma radial ao longo dos séculos a partir do núcleo original de fundação romana, este de matriz ortogonal.

Aqui se percebeu uma primeira expansão nos primeiros séculos da nossa Era e as condicionantes trazidas pela oclusão do apogeu imperial romano, realidade traduzida pela contracção abrupta da urbe, agora circunscrita à muralha tardo-romana, limite físico que haveria de prevalecer durante a ocupação visigótica e árabe.

Tomada pela cristandade em 1165, integrada na Coroa portuguesa e refundado o seu bispado, a cidade acabaria por extravasar a primitiva cintura de muralhas, consolidando à sua volta os primeiros arrabaldes, estes polarizados por comunidades religiosas seculares e regulares. Fundamental a este processo de expansão urbana importa destacar a fixação dos franciscanos e dominicanos ainda no século XIII. Foram estas duas comunidades, além da génese da consolidação urbana de toda a área poente da cidade, as potenciadoras do importante eixo comercial da *Praça Grande* (de Giraldo) ainda hoje presente no desenvolvimento das arcadas (da Rua da República à Rua José Elias Garcia). O século XIV ficou marcado pela construção da Cerca Nova, culminando um rápido crescimento verificado a partir da centúria anterior, projecto que deu a Évora uma dimensão urbana de segunda cidade do reino, logo a seguir a Lisboa.

Viu-se ainda de que forma a importância de Évora como cidade régia e de corte, sobretudo nos séculos XV e XVI, se traduziu na consolidação da malha urbana com a assimilação de novas comunidades religiosas. De resto, foram elas um dos principais fatores do dinamismo urbano, quer no interior da malha urbana, quer no exterior da muralhas.

